

AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E OS INDICADORES EDUCACIONAIS: A QUALIDADE EM QUESTÃO

MARIA ELOÍSA DA SILVA¹; Aline Lemke; Ana Beatriz Ereias²; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO³

¹Universidade Federal de Pelotas – eloisasilva40@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – alinelemke@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – fatimacossio@ig.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho desenvolvido na disciplina de Políticas Públicas I, no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, tem por objetivo discutir sobre a política de avaliação em larga escala e os indicadores educacionais que vêm medir a qualidade da educação nas escolas públicas de ensino fundamental do Brasil. Levando em consideração que as políticas públicas têm sido consideradas como manifestações decisórias do Estado, a discussão sobre a avaliação torna-se pertinente, no sentido de compreendermos as consequências as quais são visíveis, principalmente nas escolas públicas, a partir dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, ocasionando não só análises estatísticas, mas principalmente, promovendo um *ranking* das melhores escolas do país.

Para esta compreensão, apresentamos três momentos de reflexão, sendo o primeiro através de uma retrospectiva histórica evidenciando as primeiras experiências sobre a avaliação em larga escala, bem como, a intervenção dos organismos internacionais, no sentido de consolidar essa proposta no Brasil. No segundo momento, analisamos as repercussões da política de avaliação em larga escala para a escola e para os professores, abordando a questão da Performatividade que “é alcançada mediante a construção de informações e indicadores, como mecanismos para estimular, julgar e comparar profissionais em termos de resultados” BALL (2005). Com isso, em termos práticos, no terceiro momento apresentamos os resultados do IDEB, alcançados pela rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, em 2011 e os mecanismos utilizados pela Secretaria de Educação para o alcance desses resultados.

O fato é que “as políticas de avaliação não estão presentes no cenário educacional brasileiro simplesmente para produzir comparações e emulação, mas para responder a estratégias gerencialistas de modernização voltadas para resultados” WERLE (2009). Com isso, se historicamente, situarmos o fortalecimento da avaliação em larga escala no Brasil, percebemos as interferências dos organismos internacionais tanto por parte do Banco Mundial, como a terceirização de operações técnicas, portanto, “na entrada do século XXI, o Brasil submete-se a avaliações internacionais e, é justamente no início deste século que a avaliação é fortemente incluída nos processos de planejamento educacional” WERLE (2011).

Em 2007, quando lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação, seu elemento central passa ser o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e, percebe-se, assim, um movimento significativo do Brasil em direção ao fortalecimento de metas a serem alcançadas, a partir das informações da Prova Brasil. Além disso, os indicadores de avaliação reforçam o compromisso das

escolas públicas em atingir as respectivas metas e, os resultados divulgados, impulsionam ao *rankiamento* situando as melhores e piores escolas do país.

2. METODOLOGIA

A coleta de dados deu-se a partir da divulgação dos resultados da terceira edição da Prova Brasil, que aconteceu em 2011, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Em meados de 2012, já era possível observar a lista das melhores escolas do país, especificamente, no 5º ano, a rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu – PR, alcançou as melhores notas, concentradas em 4 escolas municipais, o que foi consideravelmente divulgado pela mídia.

Sendo assim, para a análise dos dados foram utilizadas notícias de um jornal de significativa circulação no estado do Paraná, dos dias 15 de agosto de 2012 na seção sobre educação, intitulada “Escola de Foz tira a melhor nota do IDEB no país” e, subtítulo “Desempenho do município do Oeste paranaense na avaliação foi surpreendente. Três das melhores escolas ficam em Foz.”

Ainda realizamos um estudo documental sobre a Lei Municipal nº 3.755, de 18/10/2010 e publicada no Diário Oficial da União sob nº 1.340, de 21/10/2010 que autoriza o pagamento do prêmio por resultado, em decorrência do IDEB, aos servidores com efetiva lotação na Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu, que atuaram nas escolas públicas da rede municipal de ensino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados, a partir das notícias e do estudo documental através da Lei Municipal que institui o pagamento do prêmio por resultado do IDEB nas escolas da rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu, evidencia claramente, além do rankiamento entre as escolas, a meritocracia entre os professores a partir de aspectos gerencialistas. “Centrados nos conceitos de eficiência, eficácia e produtividade, o gerencialismo implica em um novo olhar da gestão pública para o campo educacional, com o incentivo de indicadores, avaliações, exames, premiações, dentre outros mecanismos que têm caracterizado as políticas de responsabilização” HYPOLITO; IVO (2013)

Refletir sobre esse novo olhar da gestão pública para o campo educacional tem possibilitado compreender os aspectos gerencialistas que cada vez mais, estão inseridos nas políticas educacionais. “O gerencialismo desempenha importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos” BALL (2005). As escolas começam, portanto, a competir numa mesma rede, aonde as iniciativas, o planejamento, as aprendizagens deveriam possibilitar o crescimento e desenvolvimento conjunto. Além disso, os professores passam a ser regulados por um sistema focado somente em resultados a fim de que os mesmos possam efetivar o cumprimento de metas. As questões éticas deixam de existir entre os professores que, atrelados nesse sistema, passam a vigiar as ações uns dos outros, além de apreenderem um discurso extremamente mercadológico, buscando estratégias que contribuam com o cumprimento efetivo de metas e, conseqüentemente, alcance de resultados.

Nesse sentido, podemos perceber a partir das análises, o quanto as avaliações em larga escala passam a assumir os direcionamentos das atuais políticas, definindo práticas pedagógicas e ações curriculares na escola, como demonstra a decisão de Foz do Iguaçu, pela meritocracia. Se a política anuncia o

mérito do 14º e 15º salário aos professores que apresentam os melhores resultados do IDEB, nas escolas, podemos pensar se essa premiação pela performatividade dos professores, nas escolas das redes municipais, tem resolvido os problemas educativos, as injustiças, as questões culturais e a realidade escolar que persistem e contribuem para a intensificação das desigualdades sociais e educacionais. A performatividade, nesse sentido, deve ser entendida como um constante “alcance de eficiência, mediante a construção e publicação de informações e indicadores, como mecanismos para estimular, julgar e comparar profissionais em termos de resultados: a tendência para nomear, diferenciar, classificar” BALL (2005)

Por isso, essa valorização individualizada através da concorrência entre os profissionais na busca de melhores resultados na avaliação, não pode contribuir para a construção de uma escola de qualidade que deveria se fixar na formação de um sujeito social e cultural que valoriza as diferenças e se reconhece como cidadão frente a tantas e significativas injustiças.

4. CONCLUSÕES

Portanto, é preciso desatrelar as políticas educacionais dessa busca constante pela responsabilização de resultados em que os únicos culpados passam a ser sempre os professores pelo desempenho dos alunos, isentando, os gestores de suas responsabilidades. Além disso, a aprendizagem precisa de um olhar mais voltados à formação do sujeito, levando em consideração inúmeros aspectos, dentre os quais, principalmente, a cultura, o social e o fortalecimento das concepções de cidadania considerando o contexto escolar, as especificidades dos alunos e sua evolução nas questões que abrangem o ensino e a aprendizagem.

Quanto aos professores, entendemos que a meritocracia não é a melhor decisão, uma vez que contribui para as diferenças, além de promover uma competitividade desnecessária, ao contrário, importantes iniciativas que contemplem a participação dos professores nas decisões de formação e curriculares, podem contribuir significativamente para a melhoria da construção dos saberes que não sejam apenas quantificados, mas, principalmente, reconhecidos através dos saberes dos alunos e a construção da cidadania.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Tradução de Celina Rabello Duarte, Maria Lúcia Mendes Gomes e Vera Luiza Macedo Visockis. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, vol. 35, nº 126, set./dez., p. 539-564, 2005.

HYPOLITO, A. M. & IVO, A. A. **Políticas curriculares e sistema de avaliação: efeitos sobre o currículo**. Revista e-curriculum, p. 376-392, nº 11, vol. 02, São Paulo, p. 376-392, 2013.

WERLE, F. C. O. **Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino**. Ensaio: educação, avaliação e políticas públicas, nº 73, vol. 19, Rio de Janeiro, p. 769-792, 2011.

EDUCAÇÃO. **Escola de Foz tira a melhor nota do IDEB no país**. Gazeta do Povo Digital, Foz do Iguaçu, Acessado em 15 de agosto de 2012. Online. Disponível em www.gazetadopovo.com.br/educacao/conteudo.phtml

LEGISLAÇÃO. **Lei Municipal nº 3.755 de 18/10/2010**. Câmara Municipal de Vereadores de Foz do Iguaçu. Online. Disponível em <http://www.ceaam.net/foz/legislacao/leis/2010/L3755.htm>